

Poder Nacional

Uma nova reflexão sobre sua componente econômica

Arthur V. C. Meyer*

1. A presente ordem mundial, na era da globalização, pode ser chamada de unimultipolar, conforme propôs Samuel Huntington.¹ Ela difere de uma estrutura unipolar (na qual existe uma única superpotência em todas as expressões do Poder Nacional) ou de uma estrutura multipolar (em que várias potências dominantes de peso aproximadamente igual concorrem ou cooperam).

2. Na ordem mundial do tempo presente, existe uma única superpotência militar, a saber, os Estados Unidos da América (EUA). Entretanto, a hegemonia política e militar norte-americana não é absoluta, pois sofre concorrência da Rússia e da China, especialmente na Eurásia. Além disso, embora os EUA também sejam uma grande potência nos campos econômico, científico-tecnológico e cultural, existe nesses domínios uma forte tendência ao estabelecimento de múltiplos centros de poder.

3. A atual estrutura unimultipolar sucedeu à ordem bipolar que caracterizou o longo período (de quase meio século) da Guerra Fria. A presente ordem internacional contém a superpotência militar (os EUA) e outras potências em marcada ascensão, especialmente nos domínios econômico e técnico-científico. Trata-se, em suma, de uma unipolaridade matizada, que tende, em vários campos, à multipolaridade.

4. Cabe ainda observar que nenhum modelo de ordem mundial é perfeito e isento de deficiências. Nem o atual sistema híbrido unimultipolar, nem os sistemas que vigoraram ao longo da História (unipolar, bipolar ou multipolar) têm conseguido assegurar, de forma amplamente satisfatória, a paz e a segurança em escala global e a difusão justa e equilibrada do progresso econômico, social e técnico-científico.

5. Na era atual da globalização e da unimultipolaridade, as potências dominantes no sistema internacional ainda buscam, tal como no passado, manter ou expandir suas “esferas de influência”. No entanto, esse trabalho contínuo se torna muito complexo em razão das rápidas transformações dos fatores constituintes do Poder Nacional.

6. Na Geopolítica, desde suas primeiras teorizações, o conceito de poder no sistema internacional constitui paradigma explicativo de importância central. Como ponto de partida, o Poder

Nacional poderia ser definido como “capacidade de agir no plano internacional” ou como “condição que permite a um agente da ordem mundial fazer com que outros concordem com seus desejos”.

7. Várias teorias das Relações Internacionais têm abordado a questão dos fatores constituintes do Poder Nacional. Não existe, entretanto, um consenso generalizado sobre essa questão porque nenhum dos seus fatores constituintes (político, militar, econômico etc.) é suficiente, apenas por si mesmo, para explicar o *status* dominante de um Estado em um certo momento histórico.

8. Gauchon e Huissoud,² entre outros autores, fazem apelo à noção dos “tabuleiros de xadrez” para explicar a gênese e o desenvolvimento dos fatores constituintes do Poder Nacional. Segundo essa concepção, os estados nacionais (ainda hoje o principal agente nas relações internacionais) praticariam seu relacionamento como partidas de xadrez, jogadas em campos diferentes (complementares ou não), ao mesmo tempo.

9. Em consequência, os estados poderosos seriam aqueles que são fortes em vários domínios do Poder Nacional simultaneamente. Dito de outra forma, os estados com maiores “coeficientes de poder” no mundo seriam aqueles que se notabilizam ao mesmo tempo em vários dos fatores constituintes do Poder Nacional.

10. Essa concepção foi aprofundada por Susan Strange em obra publicada em 1996. Segundo essa autora, o elemento mais importante a explicar o Poder Nacional de um estado seria mais o equilíbrio entre seus fatores constituintes (político, econômico, militar etc.), operando em sinergia, do que a expressão numérica elevada de cada um deles isoladamente.³

11. Desse modo, as capacidades industrial, financeira, tecnológica e militar de um país deveriam operar conjunta e coordenadamente para gerar seu “coeficiente de poder”. Outros elementos, tais como o prestígio político, a tradição democrática e o peso ambiental também poderiam ser levados em conta.

12. Observe-se, no entanto, que até mesmo a existência de um “coeficiente de poder” elevado não assegura o êxito e a eficácia da ação política, militar ou econômica de um estado nacional. Com efeito, o poder (capacidade de agir) não é tudo, pois deve ser acompanhado de uma doutrina e, principalmente, de uma vontade de exercício. Além disso, o *status* de potência envolve também, ao menos em parte, a reputação do estado que a detém.

13. Portanto, o conceito de Poder Nacional é, de certa forma, algo fugaz e indefinido. Mais do que isso, ele é “nômade”, uma vez que a potência de ontem não é mais hoje necessariamente a mesma.

14. A questão do Poder Nacional e de seus fatores constituintes enseja também uma reflexão acerca de sua base física. Na era atual da globalização, assiste-se a um debate sobre a importância relativa dos territórios e das redes.

* Embaixador (ministro de Primeira Classe, Quadro Especial); bacharel, mestre (Universidade de Chicago/77 – EUA) e doutor (Universidade Católica Andrés Bello – Caracas/Venezuela) em Economia. Em 2013, fez o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE) da Escola Superior de Guerra (Rio de Janeiro-RJ). Atualmente, é assistente do Ministério das Relações Exteriores na Escola Superior de Guerra.

15. Segundo alguns autores, na presente era histórica, o Poder Nacional não estaria mais referenciado a uma base física (controle dos territórios), mas sim ao controle dos fluxos de comércio, de investimentos e de informações. A noção tradicional do poder vinculado ao controle dos territórios não seria mais adequada à atual época da globalização.

16. No entanto, se bem que a globalização econômica e tecnológica, manifestada, entre outros aspectos, pelo enorme e crescente poderio das empresas multinacionais, venha causando um certo enfraquecimento dos Estados, o controle dos territórios continua sendo de grande importância. As redes precisam de lugares concretos para existir e nunca são completamente imateriais.

17. A formação e o controle dos territórios ainda é uma das questões fundamentais da Geopolítica e se liga diretamente à problemática do Poder Nacional. Na maior parte das comunidades existentes no mundo, permanece ativa uma demanda por território.

18. Estudiosos do assunto chegam falar de uma “territorialização das identidades”, a qual seria o fundamento moderno da Geopolítica. Dessa forma, o território seria mais do que o objeto primário da disputa no jogo mundial de poder, influenciando decisivamente, por suas características físicas e situação relativa, as populações que o habitam.

19. No tocante às redes, estas são constituídas, par excellence, pelos meios de comunicação modernos. Eles representam um dos elementos mais importantes a caracterizar a situação geopolítica e geoeconômica da era atual, em rápida evolução. Seu progresso contribui decisivamente para o avanço generalizado da globalização.

20. Graças aos modernos meios de comunicação, cuja face mais visível é a Internet, a relevância dos agentes das relações internacionais organizados em redes conhece presente-mente um apogeu. Estes são principalmente as empresas multinacionais, as organizações não governamentais (ONGs) e grupos informais ligados por confissão religiosa, identidade cultural ou propósitos ilícitos ou criminosos.

21. O mundo atual da era da globalização tem sido descrito por alguns autores como um mosaico de territórios recoberto por canais de redes. Entre as duas formas de organização do planeta (território ou rede) e entre os tipos de agentes por elas engendrados, perduram ainda, como notam Gauchon e Huissoud,⁴ as seculares pendências e relações de enfrentamento e cooperação entre os estados, baseadas no Poder Nacional em rápida e constante mutação.

22. O Poder Nacional, como acertadamente sublinhado por Thales Castro,⁵ apresenta cinco características essenciais. Ele é simultaneamente:

- (i) dinâmico (está em constante mutação);
- (ii) pluridimensional (é constituído por vários fatores);

- (iii) relacional (deve ser estudado em comparação a outros atores ou agentes);
- (iv) situacional (deve ser visto em um contexto histórico definido);
- (v) mensurável (é passível de quantificação).

23. O presente artigo se concentra no aspecto da mensurabilidade do Poder Nacional e da importância relativa de seus elementos constituintes. Argumenta-se então que, no caso de potências médias em ascensão (como o Brasil), o fator ou elemento econômico do Poder Nacional é o de maior relevância.

24. Existem várias fórmulas sugeridas para a mensuração do Poder Nacional. Quase todas, como as de Cline e de Organski-Kugler, envolvem fatores econômicos e militares.⁶

25. Outra fórmula conhecida de mensuração é o Índice Elcano de Presença Global (IEPG), proposto pela entidade espanhola Real Instituto Elcano. O IEPG tem cinco variáveis básicas interligadas (economia, defesa, migração/turismo, cultura-ciência e ajuda ao desenvolvimento) e subdivididas em diversos itens.⁷

26. Segundo a fórmula proposta por Thales Castro,⁸ a qual se aproxima da metodologia adotada pela Escola Superior de Guerra (ESG), o Poder Nacional seria expresso pela média aritmética dos índices referentes aos elementos político-diplomático, econômico-financeiro, cultural, militar e geodemográfico. Cada um dos elementos constituintes possui várias rubricas específicas.

27. O elemento econômico-financeiro, que é o objeto específico do presente artigo, contém, na análise de Thales Castro, cinco rubricas. Estas são a radiografia macroeconômica, a produção industrial, a energia, a economia intelectual e a economia verde.

28. Apresenta-se, a seguir, uma formulação alternativa para a mensuração da componente econômica do Poder Nacional, acompanhada de justificação. Quando apropriado, faz-se comparação com as propostas de outros autores.

29. O elemento ou fator econômico do Poder Nacional deveria ter cinco rubricas ou vertentes. Estas seriam as seguintes:

- (i) vertente macroeconômica (RME);
- (ii) vertente produção industrial (RPI);
- (iii) vertente energia (REN);
- (iv) vertente transportes e comunicações (RTC);
- (v) vertente ecológica (REV).

30. Embora a economia do conhecimento seja também de grande importância, preferimos enquadrá-la no âmbito do Poder Científico e Tecnológico, como um dos

grandes elementos constituintes do Poder Nacional. Segue-se, nesse caso, a abordagem adotada pela ESG.

31. Os elementos ou fatores da vertente macroeconômica (RME) se derivam dos objetivos básicos da política econômica de um estado. De forma sucinta, estes são a promoção do crescimento econômico; a busca do pleno emprego; a manutenção de baixa taxa de inflação; a busca do equilíbrio no balanço de pagamentos em conta corrente; a busca do equilíbrio nas contas públicas; e, finalmente, a equidade na distribuição da renda nacional.

32. À vista do que precede, as variáveis relevantes da RME seriam as seguintes: Produto Interno Bruto (PIB) real (medido pela Paridade do Poder Compra) per capita; taxa de variação do PIB real (média sobre um dado período); taxas de desemprego e de inflação (médias sobre um período dado); saldo (positivo ou negativo) do balanço de pagamentos em conta corrente (média sobre um dado período) como proporção do PIB; razão entre as reservas internacionais (conceito de caixa) e a soma da dívida externa bruta total e do total dos investimentos diretos estrangeiros; saldo (positivo ou negativo) nominal das contas públicas como proporção do PIB (média sobre um dado período); e, finalmente, o índice de Gini de distribuição de renda.

33. Propõe-se então a seguinte fórmula para o cálculo da RME:

$$RME = [Y/N - \sum U/n - \sum \acute{P}/n + \sum (\Delta Y/Y)/n + \sum (BP/Y)/n + \sum (SG/Y)/n + RI/(DE + IDE) + IGI]/8$$

34. O significado das variáveis indicadas na fórmula anterior é o seguinte:

Y = PIB real medido pela Paridade do Poder de Compra

N = população nacional (número de habitantes)

U = taxa anual de desemprego (número decimal)

acute{P} = taxa anual de inflação (número decimal)

RI = total de reservas internacionais (conceito de caixa)

DE = dívida externa bruta total

IDE = total de investimentos diretos estrangeiros

$\Delta Y/Y$ = taxa anual de variação do PIB real

BP/Y = saldo anual do balanço de pagamentos em conta corrente como percentagem do PIB

SG/Y = saldo nominal das contas públicas como percentagem do PIB

IGI = índice anual de Gini sobre distribuição da renda nacional.

35. Algumas explicações são necessárias a respeito da fórmula apresentada no § 33. Em primeiro lugar, a variável Y/N (PIB real per capita medido pela Paridade do Poder Compra) é aferida segundo a maneira do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU). Dessa forma, qualquer variável “crua” é transformada em um número adimensional, que assume valores entre 0 e 1. Assim, uma variável “x” qualquer se transforma em

$$\text{Índice de } x = [x - \min(x)] / [\max(x) - \min(x)]$$

36. No caso do IDH da ONU, o índice do PIB real per capita é calculado, para cada país, segundo a fórmula seguinte:

$$\text{Índice de } Y/N = [\ln(Y/N) - \ln(100)] / [\ln(75.000) - \ln(100)]$$

Em outras palavras, trabalha-se com o logaritmo neperiano (ln) da variável Y/N (PIB real per capita medido pela Paridade do Poder de Compra), e os valores máximo e mínimo dessa variável são fixados em 75.000 e 100, respectivamente.

37. Uma nota metodológica complementar ainda pode ser acrescentada ao presente artigo. Em vez de seguir o procedimento descrito nos §§ 35 e 36, pode-se utilizar uma alternativa mais simples, exposta a seguir.

38. Para cada variável “crua” considerada nas diversas vertentes (RME, RPI, REN, RTC e REV) do Poder Nacional no domínio econômico, em vez de se usar a fórmula do § 35, pode-se convertê-la em número índice (tomando como 100 o valor máximo observado por país no mundo) e depois transformá-la em número decimal pela divisão por 100.

39. Esse procedimento mais simples evita a necessidade de se computarem os valores máximos e mínimos observados internacionalmente, reduzindo o trabalho de levantamento de dados estatísticos. Dessa forma, se, por exemplo, a maior renda per capita anual registrada no mundo é, digamos, USD 65.000 e a renda per capita do Brasil é hipoteticamente, USD 9.500 por ano, então, no caso brasileiro, a variável Y/N da RME seria calculada por

$$Y/N = 9.500/65.000 = 0,146 \quad (\text{ou } 14,6\%)$$

40. As demais variáveis constantes da fórmula da RME (v. § 33) também assumem valores entre zero e a unidade. Cabe notar que as variáveis U (taxa de desemprego), $\Delta Y/Y$ (taxa de variação do PIB real), BP/Y (saldo do balanço de pagamentos em conta corrente como proporção do PIB) e SG/Y (saldo nominal das contas públicas como proporção do PIB), expressas em percentagem, são transformadas em números decimais. Dessa forma, por exemplo, uma percentagem 12,5% é transformada no número decimal 0,125.

41. No caso em questão, fica também pressuposto que as variáveis acute{P} e RI/(DE + IDE) não assumem valores anômalos (superiores a 100% ou negativos), o que poderia levar a distorções das estimativas. Essas situações constituem, de resto, casos raros e, por isso, não são consideradas no presente trabalho.

42. O período usado para o cálculo das médias aritméticas de $\Delta Y/Y$, BP/Y e SG/Y, bem como das taxas anuais de desemprego (U) e de inflação (acute{P}), depende obviamente da disponibilidade de dados estatísticos, levando em conta o fato de que a finalidade última do exercício é fazer comparações internacionais. Como primeira aproximação, parece razoável postular um valor de n=5.

43. Cabe ainda notar que, na fórmula apresentada para o cálculo da RME, a vulnerabilidade econômica externa de um país é caracterizada pelo conceito de passivo externo. Este é mais abrangente do que o de dívida externa, porque abarca tanto as obrigações financeiras contraídas por meio de empréstimos quanto aquelas decorrentes de investimentos estrangeiros (os quais geram ônus ao país recipiendário sob a forma de remessas ao exterior de lucros e dividendos).

44. Nas décadas de 1980 e 1990, a questão da dívida externa conheceu grande notoriedade no Brasil, evidenciando a extrema vulnerabilidade do país a fatores externos. Naquela época, disseminou-se a noção equivocada de que, se os *deficit* do balanço de pagamentos em conta corrente fossem cobertos por investimentos diretos estrangeiros não haveria problemas de vulto a longo prazo: esses aportes de capitais externos não constituiriam fator de pressão negativa sobre o balanço de pagamentos, noção errônea porque desconsidera as remessas de lucros e dividendos.

45. Ainda é cabível uma última observação a respeito da fórmula da RME. Nesta, como se viu, aparecem as variáveis BP/Y e SG/Y (na forma de médias aritméticas sobre um dado período).

46. Do ponto de vista econômico, a situação ideal é a de equilíbrio dessas duas variáveis, ou seja, aquela em que ambas estejam próximas ou iguais a zero. A manutenção persistente e por longo prazo de saldos positivos no balanço de pagamentos em conta corrente ou nas contas públicas não é benéfica a um país, na medida em que representa fator potencial de expansão da oferta monetária ou de renúncia ao consumo.

47. A rubrica ou vertente produção industrial (RPI) do Poder Nacional no campo econômico é expressa pelos níveis anuais da produção de aço, cimento, alumínio e papel e celulose. Esses produtos constituem insumos básicos de todas as atividades da indústria de transformação.

48. À semelhança da fórmula da RME, propõe-se a seguinte fórmula para o cálculo da RPI:

$$RPI = (Prod1 + Prod2 + Prod3 + Prod4) / 4$$

onde:

Prod 1 = produção anual de aço (em mil toneladas)

Prod 2 = produção anual de alumínio (nível mil toneladas)

Prod 3 = produção anual de cimento (em mil toneladas)

Prod 4 = produção anual de papel e celulose (em mil toneladas)

49. Nesse caso, segue-se procedimento semelhante ao exposto nos §§ 35 e 36 (ou parágrafos 38 e 39). As variáveis Prod 1, Prod 2, Prod 3 e Prod 4, são transformadas, cada uma, em número adimensional entre 0 e 1, valendo-se, para tanto, não somente do nível observado no país em questão, mas também dos níveis máximo e mínimo observados internacionalmente.

50. Em razão da enorme dispersão de valores observada internacionalmente para cada uma das variáveis em questão, empregam-se também os logaritmos neperianos para o cálculo dos índices da Prod 1, Prod 2, Prod 3 e Prod 4. Essa dispersão de valores entre os vários países do mundo é ainda maior do que a observada para o PIB real *per capita*.

51. A título meramente exemplificativo, pode-se mencionar que, em 2008, o maior produtor de aço do mundo foi a China (505,5 milhões de toneladas), enquanto houve vários outros países com produção nula. No caso do alumínio, em 2004, o maior produtor mundial também foi a China (6.690 mil toneladas), havendo igualmente vários países com produção nula. Para o cimento, o maior produtor mundial foi a China (966.820 mil toneladas, em 2004); e para o papel, o maior produtor mundial foram os Estados Unidos da América (EUA), com produção de 81.437 mil toneladas, também havendo vários países com produção nula.⁹

52. Apenas para efeito de breve comparação, a produção brasileira de aço em 2013 foi de 34,2 milhões de toneladas, enquanto a produção chinesa foi de 779 milhões de toneladas. No tocante ao alumínio, a produção brasileira em 2010 foi de 1,54 milhão de toneladas, enquanto a da China foi de 17,3 milhões de toneladas. No caso do cimento, enquanto a produção chinesa em 2013 foi de 2.300 milhões de toneladas, a produção do Brasil foi de 70 milhões de toneladas.

53. A rubrica ou vertente energia (REN) do Poder Nacional no campo econômico abarca cinco variáveis. Estas são a produção anual de eletricidade (por todas as fontes), as reservas provadas de petróleo, as reservas provadas de gás natural, as reservas provadas de carvão mineral e as reservas provadas de urânio.

54. À semelhança das fórmulas propostas para o cálculo da RME e da RPI, sugere-se o seguinte procedimento para a REN:

$$REN = (ELEC + RPET + RGN + RCARV + RURAN) / 5$$

Neste caso, tem-se:

ELEC = produção anual de energia elétrica (em TWh)

RPET = reservas provadas de petróleo (em bilhões de barris)

RGN = reservas provadas de gás natural (em trilhões de metros cúbicos)

RCARV = reservas provadas de carvão (em milhões de toneladas)

RURAN = reservas provadas de urânio (em mil toneladas)

55. Novamente segue-se o procedimento exposto nos §§ 35 e 36 ou §§ 38 e 39 do presente artigo. Os valores das variáveis mencionadas no parágrafo anterior são transformados em número adimensional entre 0 e 1 a fim de permitir sua agregação.

56. Cabe notar que a formulação exposta acima não leva em conta os custos de produção, que podem variar consideravelmente de um país para outro. Essa observação também se aplica, de resto, às variáveis componentes da RPI.

57. A justificativa para o procedimento adotado com relação à RPI e à REN reside na extrema dificuldade e complexidade dos cálculos dos custos de produção e de sua comparação entre países. Dessa forma, optou-se por adotar uma formulação mais simplificada e por atribuir (como forma de compensação) um peso menor à RPI e à REN no cálculo final da componente econômica do Poder Nacional.

58. É possível ainda argumentar que, se o custo de produção (ou extração) de um bem como o aço, o cimento ou o petróleo em um país é muito superior à média mundial, essa produção se torna inviável a longo prazo. Nessa situação, a produção do referido bem tende a se tornar nula.

59. A vertente transportes e comunicações (RTC) da componente econômica do Poder Nacional deveria ser expressa da seguinte forma:

$$RTC = (MROD + MFER + MMER + TRAER + TELF + TELC + INTER) / 7$$

onde:

MROD = extensão da malha rodoviária (em milhares de quilômetros pela área terrestre do país)

MFER = extensão da malha ferroviária (em milhares de quilômetros pela área terrestre do país)

MMER = tonelagem da frota da marinha mercante (em mil dwt)

TRAER = número de passageiros transportados por via aérea (em milhares)

TELF = número de linhas de telefonia fixa (por 100 habitantes)

TELC = número de assinantes de telefonia celular (por 100 habitantes)

INTER = número de usuários da Internet (por 100 habitantes)

60. Mais uma vez segue-se o procedimento exposto nos §§ 35 e 36 (ou §§ 38 e 39) do presente artigo. Os valores das sete variáveis mencionadas no parágrafo anterior são transformados em números adimensionais entre zero e a unidade, a fim de possibilitar sua agregação.

61. Tanto no caso da REN, quanto no da RTC, é muito grande a dispersão de valores observados entre os vários países do mundo. Esse fato milita em favor do emprego de valores convertidos em logaritmos neperianos, para as comparações entre países (se usada a formulação dos §§ 35 e 36).

62. A título meramente ilustrativo e sem pretensão de esgotar o assunto, podem ser apresentados os seguintes dados estatísticos:¹⁰

a) em 2006, os EUA foram o maior produtor mundial de energia elétrica (4.274 TWh), seguidos pela China (2.864 TWh); no mesmo ano, a produção brasileira foi de 419 TWh;

b) em 2008, o país detentor das maiores reservas provadas de petróleo era a Arábia Saudita (264 bilhões de barris); em seguida, vinham o Irã (137 bilhões de barris) e o Iraque (115 bilhões de barris); no mesmo ano, o Brasil apresentava reservas provadas de 12 bilhões de barris.

c) também em 2008, o país detentor das maiores reservas de gás natural era a Rússia (43 trilhões de metros cúbicos), seguida pelo Irã (29 trilhões de metros cúbicos) e pelo Catar (25 trilhões de metros cúbicos); no mesmo ano, o nível das reservas provadas brasileiras era de 0,33 trilhão de metros cúbicos;

d) ainda em 2008, o país com o nível mais alto de reservas provadas de carvão eram os EUA (238 milhões de toneladas), seguidos pela Rússia (157 milhões de toneladas), pela China (114 milhões de toneladas), pela Austrália (76 milhões de toneladas) e pela Índia (58 milhões de toneladas); nesse ano, o nível das reservas provadas do Brasil era de 7 milhões de toneladas;

e) em 2005, o país detentor das maiores reservas mundiais de urânio era a Austrália (1.143 mil toneladas), seguida do Cazaquistão (816 mil toneladas), Canadá (444 mil toneladas). África do Sul (342 mil toneladas) e Brasil (341 mil toneladas).

63. No tocante às variáveis da RTC, também podem ser apresentados exemplificativamente os seguintes dados estatísticos:¹¹

a) em 2006, dentre os países com a maior extensão de malha rodoviária em relação a sua superfície terrestre salientavam-se Índia (3.316 mil quilômetros por 3.287 mil quilômetros quadrados); em seguida, vinham os EUA (6.544 mil km por 9.632 mil quilômetros quadrados), a China (3.457 mil quilômetros por 9.598 mil quilômetros quadrados) e o Brasil (1.752 mil quilômetros por 8.515 mil quilômetros quadrados);

b) também em 2006, os países com a maior extensão de malha ferroviária relativamente a sua área terrestre eram a Alemanha, a Argentina e a França; os EUA, a Índia, a China e a Rússia também ocupavam posições relevantes no ranking mundial, e o Brasil tinha 30 mil quilômetros por 8.515 mil quilômetros quadrados (enquanto a Índia, por exemplo, tinha 63 mil quilômetros por 3.287 mil quilômetros quadrados);

c) em 2004, desconsiderando os países de “bandeira de conveniência”, aqueles que se sobressaíam em termos de frota da marinha mercante eram a Grécia (54.642 mil dwt), EUA (47.728 mil dwt) e Singapura (40.935 mil dwt); a posição do Brasil (4.021 mil dwt) era modesta no ranking mundial, porém, de longe, a maior da América do Sul;

d) em 2007, os EUA foram o país com maior número de passageiros transportados por via aérea (744.302 mil), seguidos pela China (183.613 mil), Alemanha (106.102 mil), Reino Unido (101.623 mil) e Japão (99.842 mil); nesse ano, o Brasil teve 45.287 mil passageiros transportados;

e) em 2007, entre os países que mais se salientavam na telefonia fixa (número de linhas por 100 habitantes), estavam a Suíça (65,8), Alemanha (64,6), Hungria (62) e Suécia (60,4), com França, Canadá e Reino Unido também ocupando posições de destaque; a marca do Brasil era 20,5, um pouco inferior às do Uruguai, Argentina e Chile;

f) também em 2007, os países que mais se salientavam na telefonia celular (número de assinantes por 100 habitantes) eram os Emirados Árabes Unidos (176,5), Malásia (165,1), Itália (152,5) e Arábia Saudita (150,4); o Brasil já apresentava índice expressivo (63), e nesse campo a situação internacional apresenta rápidas variações;

g) ainda em 2007, o acesso à Internet (número de usuários por 100 habitantes) era particularmente elevado na Noruega (85), Países Baixos (84), Dinamarca (81) e Suécia (80); a marca dos EUA era de 72,5 e a do Brasil era de 352 (a mais alta da América do Sul); nesse campo, a situação internacional também se encontra em rápida mutação.

64. As rubricas ou vertentes RPI, REN e RTC da componente econômica do Poder Nacional se enquadram no campo dos indicadores não monetários do desenvolvimento econômico. Apesar de algumas deficiências (tais como as anteriormente mencionadas e referentes aos custos de produção ou extração), esses indicadores são úteis complementos das variáveis econômicas “clássicas” que formam a RME.

65. Por fim, a rubrica ou vertente ecológica (REV) da componente econômica do Poder Nacional se expressa pela fórmula seguinte:

$$REV = (AE + UT + RAD) / 3$$

onde:

AF = total de áreas florestais (como percentagem da superfície terrestre do país)

UT = uso da terra para culturas agrícolas, pastagens ou repouso temporário (como percentagem da superfície terrestre do país)

RAD = reservas de água doce (em bilhões de metros cúbicos)

66. As variáveis AF e UT, expressas em percentagens, são transformadas em números decimais entre zero e unidade, conforme exposto no § 37. Para a variável RAD, segue-se o mesmo procedimento apresentado nos §§ 35 e 36 (ou §§ 38 e 39).

67. Mais uma vez, a título meramente ilustrativo,¹² pode-se mencionar que, no tocante a áreas florestais, os países que mais se salientavam no mundo em 2005 eram Gabão (84,5% ou 0,845), Finlândia (73,9% ou 0,739) e Guiné-Bissau (73,7% ou 0,737). A posição do Brasil era elevada no contexto sul-americano (56,5% ou 0,565).

68. No tocante às variáveis UT e RAD, os seguintes dados poderiam ser apresentados como simples ilustração:¹³

a) em 2005, os países com mais alto índice de uso da terra eram Moldova (65,3% ou 0,653), Bangladesh (0,646), Ruanda (0,597), Ucrânia (0,576) e Índia (0,571); a marca do Brasil era de 7,9% ou 0,079, inferior às da Argentina, Paraguai, Equador e Uruguai na América do Sul;

b) são consideráveis as reservas de água doce do Brasil, calculadas em 8.233 bilhões de metros cúbicos em 2000 e muito maiores do que as da Rússia, Canadá, EUA, China e Índia, sendo também largamente superiores às daquelas dos outros países sul-americanos.

69. Um breve comentário sobre a rubrica ou vertente REV é justificado. Já há tempos, vários pensadores têm manifestado insatisfação com os conceitos tradicionais da Contabilidade Nacional,

especialmente o PIB real. Esse conceito não leva em conta os possíveis danos ambientais das atividades econômicas (tanto na produção, quanto no transporte e no consumo), razão pela qual a REV deve ser incluída no cálculo do Poder Econômico Nacional.

70. Para o cálculo final do valor da componente econômica do Poder Nacional, utiliza-se uma média aritmética ponderada. Dessa forma, para a obtenção do índice final, faz-se

$$Poder\ Econ\omicron mico = 0,3(RME) + 0,2(RPI) + 0,2(REN) + 0,2(RTC) + 0,1(REV)$$

71. O Poder Nacional tem várias expressões. A maioria dos estudiosos da Geopolítica aceita que essas expressões de componentes sejam a política, a econômica, a militar, a científico-tecnológica e a cultural-psicossocial.

72. Para uma potência média em ascensão como é o Brasil, cuja projeção de influência se dá primordialmente no contexto da América do Sul, a mais importante expressão do Poder Nacional é a econômica. Esta, de fato, condiciona, em larga medida, as demais expressões, as quais não se podem desenvolver acentuada e harmonicamente sem que haja uma sólida base do Poder Econômico. Por essa razão, a procura da mensuração adequada da expressão econômica do Poder Nacional (objeto fundamental do presente trabalho) ganha plena justificação. 🌐

- ¹ HUNTINGTON, Samuel. The clash of civilizations. Foreign Affairs, Spring, vol. 72, Summer 1993.
- ² GAUCHON, Pascal; HUISSOUD, Jean-Marc. Les 100 Mots de la Géopolitique. Paris: Presses Universitaires de France, 2008.
- ³ STRANGE, Susan. The Retreat of the State: The Difusion of Power in the World Economy. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 1996.
- ⁴ GAUCHON; HUISSOUD. op. cit.
- ⁵ CASTRO, Thales. Teoria das Relações Internacionais. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
- ⁶ CLINE, Ray. The Power of Nations in The 1990's: a Strategic Assessment. New York: University of America, 1994; ORGANSKI, A. F. K.; HUGLER, Jacek. The War Ledger, Chicago: Chicago University Press, 1980.
- ⁷ ESTUDO ELCANO. Índice Elcano de Presencia Global. Madrid: RIE, 2011, citado em CASTRO, op. cit.
- ⁸ CASTRO, op. cit.
- ⁹ ESTATÍSTICAS outubro de 2009. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.
- ¹⁰ Ibidem.
- ¹¹ Ibidem.
- ¹² Ibidem.
- ¹³ Ibidem.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.